

RESUMO

A Lei de Acesso às Florestas Públicas traz um novo cenário para a consolidação do desenvolvimento florestal brasileiro, onde tanto as empresas privadas quanto as comunidades tradicionais que ao longo de sua reprodução vivenciando com a floresta ou mesmo novos habitantes através do processo de reforma agrária, via assentamentos rurais, passam a ter acesso ao uso dos recursos florestais. Esta legitimidade por lei ao uso da floresta, no entanto, está subordinada ao cumprimento da legislação vigente, tanto relacionados à cobertura florestal nas propriedades rurais (código florestal), quanto às práticas recomendadas na extração de madeira e gradativamente aos demais produtos não madeireiros, este último quando exigido em regulamentações específicas. Consequentemente, este cenário cria espaços de negociação entre diferentes atores interessados e/ou automaticamente envolvidos nas diferentes etapas das cadeias de valor dos diferentes produtos oriundos da floresta. E, naturalmente sem conseguir esgotar o assunto, dada a sua complexidade, este é o foco principal do livro ora em questão, a partir de trabalhos de diagnóstico, pesquisa em campo, capacitação e análise institucionais dos diversos segmentos envolvidos na produção, comercialização e geração de renda advinda dos recursos florestais.

A sua estrutura busca conduzir ao entendimento da proposta do projeto **Floresta em Pé** e as preocupações de ordem silvicultural, ecológica e de conservação das florestas, assim como os aspectos sociais e econômicos na geração de renda, e as perspectivas de parcerias em diferentes níveis dos diversos atores, incluindo as relações institucionais das diferentes cadeias produtivas. O livro está dividido em quatro capítulos principais como se segue:

No **primeiro capítulo**, são apresentadas as informações gerais sobre o projeto, seu foco, premissas, objetivos, expectativas e parcerias envolvidas contextualizando, o cenário da produção madeireira, tendo como cenário foco a região de Santarém-PA, um dos importantes pólos madeireiros do estado, e atualmente no cerne do processo de desenvolvimento florestal do eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Aspectos sobre as características do setor madeireiro, seu potencial produtivo, os atores envolvidos, os impactos nas florestas, o papel das instituições, a situação fundiária, as relações empresas|comunidades existentes em 2007 e as perspectivas da sustentabilidade da produção madeira são tópicos tratados neste capítulo. Ao final considerações são feitas com relação as normas e políticas públicas vigentes.

No **segundo capítulo**, são tratados aspectos relacionados aos impactos ecológicos do manejo florestal de uso múltiplo e a sua conservação e manutenção da floresta. São apresentadas informações do potencial madeireiro, rendimento de crescimento e retorno de colheita. No caso, de produtos não madeireiros, algumas informações e/ou abordagens específicas são discutidas para espécies como andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), cumaru (*Dipteryx odorata*, (Aubl.) Willd.) e copaíba, (*Copaifera reticulata* Ducke). Também, são mencionados aspectos de ecologia, de reprodução e crescimento das espécies, no contexto da extração

madeira, ou de produção de sementes, produto não madeireiro de interesse, no contexto do manejo florestal. A identificação botânica correta, é um dos temas importantes, abordados neste capítulo seja para a conservação da diversidade biológica inter- ou intra- específica, seja para a qualidade e garantia de produtos, na sua comercialização independente do produto florestal em foco. É imprescindível o entendimento deste conhecimento como chave para o manejo e conservação das espécies arbóreas e espécies associadas, de interesse no contexto do manejo florestal na Amazônia. Estas reflexões fortalecem a importância do avanço de forma sistemática e com base científica, em prol da consolidação do manejo florestal como um sistema de uso da terra. O projeto “Floresta em Pé” participando e propiciando também como uma alternativa de desenvolvimento, real geração de renda, desenvolvimento social e conservação do capital natural, um bem comum para a população atual e as futuras gerações.

No **terceiro capítulo** é discutido a viabilidade social e socioeconômica dos acordos entre as comunidades de as empresas para as atividades de manejo florestal. São abordados aspectos de como estas relações se estabelecem e as dificuldades e dependências que se estabelecem a partir dessas relações. Estes aspectos tem uma influencia muito forte no processo posterior as negociações das formas como vão se dar as relações com respeito a execução das atividades do manejo como um todo e a comercialização de seus produtos. Portanto, o ponto crucial nesta questão é identificar mecanismos e ações que permitam consolidar a governança do manejo florestal do ponto de vista das comunidades. Neste sentido, temáticas como análise das relações empresas-comunidades com diferentes construções e formas de participação oferecem percepções e caminhos possíveis a serem aprimorados nessas relações, que nos parecem importantes e imprescindíveis. Temáticas como, análise do quadro financeiro das atividades de manejo e uma comparação entre a geração de renda entre as atividades agrícolas e florestais, necessitam também de maior atenção, para que incentivos de créditos as atividades possam ser claramente debatidos, assim como ter uma análise adequada da política pública, e o papel que mesmo exerce no processo de manutenção da cobertura florestal e na redução do desmatamento, sem contudo colocar em risco a sustentabilidade da reprodutibilidade das famílias nas propriedades rurais.

No **quarto capítulo** é apresentado o panorama atual da situação do Manejo Florestal Comunitário e Familiar, através de uma análise da construção de políticas publicas para a promoção do manejo florestal em florestas comunitárias levando em consideração as relações e os acordos existentes entre as Empresas e Comunidades. Neste sentido, além da análise global dos PMFC, é debatido o processo da construção das políticas públicas inerentes a esta atividade. Faz-se também um levantamento e análise do arcabouço técnico normativo existente atualmente no âmbito federal e estadual (PA, AC, e AM) sobre o MCF, assim como uma análise das perspectivas de realização do manejo em assentamentos de reforma agrária e Unidades de Conservação, no contexto dos quadros institucionais atuais vigentes, considerando inclusive esses marcos legais dependendo das instituições responsáveis por essas Unidades de Conservação de Uso Sustentável (INCRA/MDA e ICMBIO/MMA). Associado à importância e clareza do arcabouço legal das

normativas que regem as atividades de MCF, existe ainda a questão da assistência técnica florestal (ATER Florestal), que necessita urgentemente ser devidamente rediscutida e de fato implementada para que possa fortalecer e favorecer as comunidades e os seus interesses para uma negociação e assinatura de acordos mais equilibrados entre as partes envolvidas no processo.

Finalmente, o livro traz um tópico de **Considerações Finais**, reunindo os pontos importantes de cada capítulo e fechando com algumas recomendações, onde as de importância primordial a serem citados nesta sessão estão relacionadas às políticas públicas visando a consolidação, efetividade e eficiência das atividades de manejo florestal comunitário e familiar. Entre elas encontram-se: importância da implementação efetiva de um processo de crédito condizente com o tempo e natureza da atividade; assistência técnica em vários níveis, envolvendo treinamentos de natureza contábil, financeiro, técnico operacional, de cooperativismo, comercialização e mercado, etc.; procedimentos de anuência e licenciamento ambiental das áreas de Assentamento (Plano de Desenvolvimento Assentamento - PDA) e Unidade de Conservação (Plano de Manejo na Unidade, Criação de Conselho Consultivo e Concessão Real de Uso para as Comunidades) e regularização ambiental das propriedades rurais. A concessão não onerosa, prevista pela Lei de Gestão de Floresta Pública, também se constitui um dos importantes itens a serem implementados pelo Serviço Florestal Brasileiro, juntamente com outras parcerias institucionais afins.

Que as informações contidas neste livro possam contribuir para a consolidação do Manejo Comunitário e Familiar, assim como para a manutenção e conservação da sociobiodiversidade das Florestas Tropicais. Um Capital Natural dessa e das gerações futuras.

A Comissão Editorial